

**Reunião ordinária – Ata n.º 25/2015****Data** 2015-11-23**Início** 14.35 horas**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo:** 16.55 horas**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	Maria Beatriz Schulz Nunes
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

-----  
Não podendo estar presente na reunião, por motivos profissionais, o Senhor Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge solicitou a sua substituição nos termos do artigo 78.º da LAL, pelo cidadão do PSD imediatamente a seguir na ordem da lista concorrente à Câmara Municipal, Maria Beatriz Schulz Nunes.  
-----

**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----****APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DE 12, 26 E 30 DE OUTUBRO DE 2015 -----****BALANCETE -----****PROPOSTAS: -----****PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----****N.º 01 – ATENTADOS DE PARIS – Voto de Pesar (77/PPRC/PR/2015) -----****N.º 02 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO SPORTING CLUBE DE TOMAR  
(76/PPRC/PR/2015) -----****N.º 03 – PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA LUGARES PREVISTOS E NÃO  
PROVIDOS NO MAPA DE PESSOAL DE 2015 (5829/ENTE/DAJA/2015 -  
9/PROCON/DRH/2014) -----**



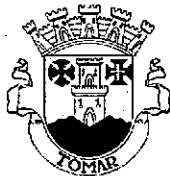
*[Handwritten signature]*

- PROPOSTA DO VEREADOR RUI SERRANO:** -----
- N.º 04 – DOAÇÃO DA PROPRIEDADE DO SOLO CEDIDO EM DIREITO DE SUPERFÍCIE À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA LINHACEIRA (8516/ENTE/DAJA/2015)**-----
- INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:** -----
- N.º 05 – FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - Aviso 18 – Redução de Consumos de Energia Reativa no Estado 2015 (8453/ENTE/DAJA/2015 - 2/INFEST/DOM/2013)**-----
- GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:** -----
- N.º 06 – ALIENAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE O LOTE 7A DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR E CONSTRUÇÕES EXISTENTES (7438/ENTE/DAJA/2015 e 7977/ENTE/DAJA/2015)**-----
- GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:** -----
- N.º 07 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – ABERTURA EM DIAS FERIADOS NO ANO 2016 (80/PGEN/GELS/2015 - 3/DIVER/GELS/2015)**-----
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----
- N.º 08 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO CULTURAL E MUSEU DA LEVADA – Receção provisória (284/PGEN/DOM/2015 - 18/CONPUB/DOM/2013)**-----
- N.º 09 – EMPREITADA DE INSTALAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM DOIS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS (BIBLIOTECA ANTÓNIO CARTAXO DA FONSECA E PAVILHÃO JÁCOME RATTON) – liberação de caução (50/EMPR/DOM/2015 - 71/CONPUB/DOM/2013) -**
- N.º 10 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2016 (785/AQBS/DOM/2015)**-----
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----
- N.º 11 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8390/ENTE/DAJA/2015 - 382/DIVER/DGT/2015)**-----
- N.º 12 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8371/ENTE/DAJA/2015 - 383/DIVER/DGT/2015)**-----
- N.º 13 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8389/ENTE/DAJA/2015 - 384/DIVER/DGT/2015)**-----
- N.º 14 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8387/ENTE/DAJA/2015 - 385/DIVER/DGT/2015)**-----
- N.º 15 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8386/ENTE/DAJA/2015 - 386/DIVER/DGT/2015)**-----



*[Handwritten signature]*

- N.º 16 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8385/ENTE/DAJA/2015 - 387/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 17 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8384/ENTE/DAJA/2015 - 388/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 18 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8383/ENTE/DAJA/2015 - 389/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 19 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8382/ENTE/DAJA/2015 - 390/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 20 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8380/ENTE/DAJA/2015 - 392/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 21 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8379/ENTE/DAJA/2015 - 393/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 22 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8378/ENTE/DAJA/2015 - 394/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 23 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8376/ENTE/DAJA/2015 - 395/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 24 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8375/ENTE/DAJA/2015 - 396/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 25 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (8373/ENTE/DAJA/2015 - 397/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 26 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (126/PEDI/DGT/2015 - 401/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 27 – ALIENAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE O LOTE D1 DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR (7873/ENTE/DAJA/2015 - 128/EDIF/DGT/2015) -----**  
**DIVISÃO FINANCEIRA: -----**
- N.º 28 – AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS DE MOTORISTA PARA OS TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR (2016) - CONCURSO PÚBLICO (60/CPUB/DF/2015 - 185/CONPUB/DOM/2015) -----**  
**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**
- N.º 29 – REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO E ARBORIZAÇÃO COM PINHEIRO MANSO – FREGUESIA DE SABACHEIRA (8283/ENTE/DAJA/2015)-----**  
**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----**



**N.º 30 – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE AMBULÂNCIA PRESTADOS A CRIANÇA PROVENIENTE DE FAMÍLIA CARENCIADA (92/PGEN/UISE/2015 - 13/ADESC/DEAS/2013)-----**

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----**

**N.º 31 – UTILIZAÇÃO DA SALA DE FORMAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – ANAFRE (8172/ENTE/DAJA/2015 - 2/CEDESP/UDJ/2014) -----**

**N.º 32 – UTILIZAÇÃO DA SALA DE FORMAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Novas Olimpíadas Especiais (8445/ENTE/DAJA/2015 - 2/CEDESP/UDJ/2014)**

**N.º 33 – UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÊNIS – Ténis Clube de Tomar (8350/ENTE/DAJA/2015 - 11/CEDESP/UDJ/2014)-----**

**Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----**

**A Sra. Presidente** informou que, no dia vinte de novembro, se realizou a primeira reunião do Conselho Municipal de Segurança onde, para além das formalidades inerentes à primeira reunião, foi presente o pedido de inclusão na ordem de trabalhos da questão dos planos de segurança nas escolas do Concelho, formulado por um dos Agrupamentos de Escolas, e teve início a apresentação pelas forças de segurança (PSP, GNR e PJ) dos dados relativos à situação do Concelho. Informou que está agendada, para o próximo dia trinta, uma reunião extraordinária daquele órgão, cuja ordem de trabalhos contempla os assuntos não abordados na primeira reunião e novos pontos resultantes da mesma, como a criação de subcomissões.--

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** referiu-se aos acontecimentos que ocorreram no bairro primeiro de maio, no passado fim-de-semana, para fazer o ponto da situação e alguma clarificação, pois houve algum alarmismo e empoamento. Recordou que foram aqui aprovadas as listas, provisória e definitiva, de ordenação dos candidatos à atribuição de habitação social, que legitimou a entrega das quatro habitações, duas das quais a famílias de etnia cigana. Informou que a mudança de uma dessas famílias estava a ser preparada há cerca de um mês, ainda mais porque o jovem casal trabalha, e foi iniciada no sábado passado. Referiu que a agitação que ocorreu foi um pouco associada a essa situação porque, na madrugada de domingo, um grupo de jovens, já identificados, entrou na casa e causou alguns danos, nada com a dimensão que foi transmitida nas redes sociais pois, na segunda-feira, os danos já estavam devidamente reparados e a situação normalizada. Referiu que há um grupo de jovens - que é associado ao bairro primeiro de maio mas, em boa verdade, boa parte dos jovens nem



ali reside – que lhes causa alguma preocupação e que, de algumas formas, têm vindo a tentar encontrar soluções para alguns problemas que têm originado. Disse que não podem fazer generalizações em relação ao Flecheiro e às famílias de etnia cigana - onde sistematicamente se recorrem a generalizações injustas, ou em relação ao bairro primeiro de maio, que possui cem habitações, quase todas ocupadas, na grande maioria por cidadãos que cumprem as suas obrigações e tentam levar a sua vida. Referiu que, com alguma regularidade, há moradores do bairro que se queixam desses jovens, e que tem havido, e continua a existir, acompanhamento para tentar encontrar as melhores soluções para que esse grupo não venha a ter até comportamentos piores. Informou que esteve no Bairro depois dessa ocorrência, como tem feito com regularidade, a conversar com um grupo de moradores, principalmente os vizinhos mais próximos da referida habitação, tem conversado com alguns dos jovens que compõem o tal grupo, e a situação está normalizada e a família já está a morar no bairro, apesar de a mudança não ter sido ainda totalmente concretizada. Afirmou que os alarmismos e os empolamentos não servem a ninguém, nem à comunidade específica do bairro nem à grande comunidade tomarense. Disse que estão atentos mas há sempre situações que é impossível prevenir a cem por cento e não podem ter um polícia a cada esquina ou próximo de cada pessoa. Salientou que há situações de prevenção, a montante, que não foram tidas em conta durante vários anos, tendo-se permitido que alguns destes jovens tenham atingido a idade adulta e agora, com a falta de emprego ou de ocupação, especialmente quando se colocam os fenómenos de grupo, estas situações ganham outras proporções, as quais, às vezes, poderiam ter sido evitadas, a montante, se tivesse existido outra atuação pelas diversas instituições onde estes jovens foram sendo referenciados. Afirmou que ainda se está a tempo de prevenir males piores e que é isso que continuarão a fazer. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** deu conhecimento da assinatura pelo Município do Plano Local de Saúde do Médio Tejo, em cuja elaboração esteve envolvido desde o início, conjuntamente com diversos parceiros institucionais (ACES, CHMT, CIMT, municípios, estabelecimentos de ensino, Comandantes Territoriais da PSP e da GNR). O referido documento criou três estruturas: – equipa de gestão operacional, que dirige o desenvolvimento do plano; - um gabinete técnico para cada um dos três eixos de intervenção: gabinete técnico para comportamentos favorecedores da saúde; gabinete técnico para combate às adições; gabinete técnico de prevenção das doenças oncológicas; e, a nível local, os dinamizadores. Informou que o Município indicou o Dr. Fernandes Ferreira para o gabinete técnico de prevenção das doenças oncológicas e que, quando ocorrer, vamos acompanhar a implementação do programa



g.  
A

de trabalho aprovado. De seguida, deu conta de que, no dia dezoito, teve lugar uma reunião com os vendedores do mercado, à qual compareceram cinquenta e três dos setenta e um comerciantes convocados, na qual se abordou a rentabilização daquele espaço em termos de competitividade com as grandes superfícies e se discutiu sobre o melhor período para efetuar a transferência do local de venda dos vendedores. Disse que, dependendo da evolução das coisas, a transferência pode ocorrer na semana de doze a dezanove de dezembro, ou, em alternativa, no próximo ano, pois houve consenso em não concretizar nas duas semanas seguintes pois são semanas em que são esperados bons negócios e boas vendas. Disse que essas reuniões vão continuar para preparar, atempadamente, todos os aspetos relacionados com a transferência do local de venda. Referiu a operação desencadeada pela PSP, na passada semana, junto dos vendedores da feira semanal no sentido de só permitir a instalação a quem tivesse os pagamentos em dia, originando que tenha ficado metade da feira por preencher. Informou que a ação foi planeada e implementada pela referida força de segurança e não houve trabalhadores municipais envolvidos, indicando as informações disponíveis que decorreu como a PSP esperava e com normalidade. Deu conhecimento que, na próxima quinta-feira, tem agendada uma reunião com a comissão destes feirantes para aprofundar melhor a situação, no sentido de as pessoas ganharem o hábito e o convencimento de que, para venderem, têm que cumprir as suas obrigações para com o Município e pagar os respetivos terrenos. Disse que não é aceitável que sessenta por cento das pessoas tenham as coisas em dia e tenham ao seu lado quarenta por cento de outras que não pagam coisa nenhuma, pelo que, há algum tempo, teve início um processo de sensibilização, com intervenção dos fiscais municipais, durante mês e meio, tendo-se agora verificado esta ação da PSP, ações que irão continuar, tão tranquilas como é possível nestes casos, para que as coisas possam resultar, particularmente nesta fase em que se põe a possibilidade de transferência da feira semanal para a Várzea Grande. Adiantou que esta transferência está pensada e tratada com a comissão de feirantes mas não há ainda condições para a instalação no novo espaço. Por último, recordou que está ainda a decorrer na FIL a Portugal Agro – Feira Internacional das Regiões, da Agricultura e do Agroalimentar, na qual o Município participa, onde estão presentes onze produtores locais, inicialmente num pavilhão de trinta e seis metros quadrados, entretanto alargado a outro pavilhão oferecido pela organização. Referiu que ainda é cedo para tirar ilações mas a opinião recolhida junto dos produtores, nos dois dias em que esteve lá com eles, permite-lhe dizer que, na generalidade, estão satisfeitos, estão a gostar de lá estar e abriram perspectivas de alguns negócios. Disse que não é um certame para vender diretamente mas



para arranjar clientes a outra escala, tendo sido recolhidos contatos nacionais e estrangeiros que podem permitir uma nova dinâmica a todo o setor primário do Concelho de Tomar. Disse que o Vereador João Tenreiro lhe apresentou algumas sugestões e concorda que é preciso tornar o espaço mais apelativo mas, disse, sendo a primeira vez, com a experiência que havia, não envergonha, está perfeitamente enquadrado no espaço da feira e razoavelmente decorado, podendo obviamente ser melhorado no sentido de divulgar mais Tomar e o seu Concelho. Informou que, entretanto, fará uma reunião com os onze produtores (de romã, azeite, vinho, mel e enchidos) que participaram mas considera que foi um bom momento para dar a conhecer Tomar e a sua identidade, e para que os produtores se conheçam. Disse que os produtores estão a ganhar algum espírito de entreaajuda e de colaboração que julga essencial para poderem cimentar e potenciar este setor como um setor de forte capacidade de desenvolvimento económico do Concelho. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** começou por se referir aos distúrbios ocorridos no bairro primeiro de maio sublinhando que já é público que há gente que não vive ali pelo que, acima de tudo, se trata de uma questão de segurança e de ação das forças policiais porque, se ali andam por algum motivo o fazem e, se ali vão é porque lá têm guarida. Salientou que esta situação não é nova, como bem sabe quem ali vive e quem conhece aquela zona, sendo um assunto que deve merecer análise pelo Conselho Municipal de Segurança. Referiu que o clima é propício a relativizar as coisas porque o que aconteceu em França é de tal modo grave que tudo o que aparece é muito menor e tende a relativizar-se. Defendeu que não se deve relativizar as coisas, é um perigo assim proceder, porque podem despoletar de forma muito mais violenta e com outra dimensão, e, depois, a culpa não pode morrer solteira. Salientou que há quem diga que não houve tiros nenhuns mas também há relatos que chegam que referem que houve tiros, e também ouviu os comentários de quem vive ao lado do bairro. Pediu para não se relativizar a situação e se ter o maior cuidado na intervenção no bairro, sendo ponto assente que não podem ceder a qualquer atitude xenófoba. Mostrou-se satisfeito pelas notícias que o Vereador Bruno Ihes fez chegar sobre a presença na FIL e sobre o mercado parecendo-lhe que, se a transferência está para se operacionalizar a partir do dia doze, a Sra. Presidente já pode ter uma data para a abertura do mercado. Chamou a atenção que há coisas que não se perdia nada, antes pelo contrário, até por respeito ao órgão, virem cá antes de ser implementadas. Deu como exemplo a transferência de feira semanal pois, se vai ser ocupado o espaço público da Várzea Grande devem saber o que se vai fazer, para além de que começa a ser hábito andar com as coisas um bocado à frente, até publicamente.



*[Handwritten signature]*

De seguida, passou a identificar alguns pormenores que considera importantes ter em atenção. Em matéria de sinalização de trânsito e turística, referiu que já aqui falou na sinalização do Parque de Campismo e não foi ouvido, sendo constante haver caravanas e roulettes a perguntar onde é o parque e como lá podem chegar. Disse que, para além de se ter deixado cair a criação do parque de autocaravanas é algo importante que não devem descurar. Referiu que assiste constantemente a inversões de marcha e a circulação de trânsito em sentido proibido na Rua Voluntários da República pois a rua que vem do Bonjardim é uma rua de sentido único mas não está lá nenhum sinal e há pessoas que não conhecem a cidade, entram por ali, estacionam e, à saída, fazem inversão de marcha e saem em sentido contrário, e nada as proíbe de o fazer. Por outro lado, quando saem do parque de estacionamento que foi ali criado não podem virar à direita mas quem sai do parque não consegue ver o sinal de sentido proibido que existe - também não faz ali qualquer sentido porque da Alameda ninguém pode subir - pelo que devia ser colocado um sinal de sentido obrigatório ou de proibição de virar à direita à saída do parque. Disse que só por acaso não houve ali acidentes e que a PSP não terá bases para aplicar eventuais multas aos condutores. Referiu também a situação dos passeios da Rua Voluntários da República, cuja obra a Sra. Presidente informou que avançaria em setembro, pois a situação degradante continua e é uma vergonha aquilo continuar assim. Disse que, se no passado o presidente Paiva deixou aquilo para trás porque vivia lá a mãe do Pedro Marques não sabe o que é que se passará agora, parecendo-lhe, às vezes, que haverá alguma coisa por trás que não deixa que aquele problema se resolva e que se acabe com aquela autêntica vergonha. Informou que a sua mãe já lá caiu e que já teve uma situação desagradável com o presidente Carrão e com o vereador Perfeito mas, se a sua mãe lá voltar a cair, não será, com certeza, só ela que se aleija, mesmo que possa ter problemas na justiça. Considerou uma vergonha que as pessoas tenham que passar por cima de pedras a cair para entrar em casa. Referiu que há muitas queixas quanto às árvores plantadas no tempo do presidente Paiva, algumas das quais são de clima tropical e só no final do verão começam a florescer e a deixar no chão restos de fruto, deixando os passeios todos sujos, além de que, no geral, os ramos das árvores devem ser cortados para não entrarem em casa das pessoas ou ficarem em cima das janelas, como acontece na Rua dos Construtores Civis. Alertou para o fato de os tutores colocados para segurar as árvores não estarem a ser retirados mas cortados com motosserra em vez de serem retirados, denotando que quem executou não sabe o que está a fazer ou que as chefias intermédias estão distraídas. Disse que aguarda a resposta sobre a abertura do mercado e sobre a questão que colocou ao Vereador Bruno, relativa às





bancas em que se vende mais do que um tipo de produto. Sublinhou que, na sua opinião, por vezes, se entende que não é aqui que se devem colocar as questões e se fica ofendido quando alguém levanta alguma questão, e não se dá resposta, mas entende que ninguém deve ficar melindrado com isso até porque quem está nestes lugares tem que estar sujeito a críticas, reparos, dúvidas e pedidos de esclarecimento. Disse esperar que tal não aconteça e que se responda se o mercado está pronto, se abre a doze, antes ou depois, porque é fácil ouvir que abre a doze mas também sabem que quem anda lá a trabalhar diz que nem pensar que abra a doze. Chamou mais uma vez à atenção para as questões que são submetidas pela Câmara à Assembleia Municipal pois, na sexta-feira, a Sra. Presidente reuniu com eleitos daquele órgão sobre o mapa de pessoal, questão que não foi abordada na reunião de preparação do orçamento, foi apreciada e votada no órgão executivo, e, agora, para que, na Assembleia Municipal, não haja necessidade de mais um intervalo e tudo mais, sentiu necessidade de reunir com os membros daquele órgão. Disse que não sabe quem esteve na reunião mas pretende lembrar que, na altura, falou que a situação que foi criada com o mapa de pessoal tem que ser diferente da que foi criada com o IMI, e, se a tentativa é de, politicamente, tentar dividir os IpT, nem a Sra. Presidente nem o seu gabinete o vai conseguir porque, como devem calcular, os assuntos são tratados em conjunto, não vem preparado para nenhum assunto da ordem de trabalhos da reunião de Câmara que não tenha sido abordado previamente com os eleitos dos IpT na Assembleia Municipal e a posição que tomou sobre o assunto foi amplamente discutida pelo grupo, tanto assim que trouxe três declarações de voto diferentes, consoante a situação se repartisse e originasse votações separadas. Disse que não é com reuniões posteriores às reuniões do Executivo Municipal, sobre os assuntos que são submetidos à Assembleia Municipal, que os IpT mudam a sua posição e que a realidade é que só o fazem porque não têm maioria naquele órgão pois, se tivessem estavam-se borrifando para essa situação, como se borrifaram para os vereadores. Disse que é esta a realidade e têm que atuar em conformidade e que não é por ficarem isolados numa eventual votação que mudam de opinião. Salientou que quer deixar aqui claro que não mistura relações pessoais com relações políticas, nem o seu lugar aqui funciona nesses termos, até para não voltar a ouvir isso da Sra. Presidente. Sublinhou que aquilo que a Sra. Presidente já insinuou, por várias vezes, em relação ao seu Chefe de Gabinete não cabe aqui, até porque esteve quatro anos com ele na vereação e falaram sempre que o tinham que fazer, institucionalmente, sem qualquer problema, não mistura as situações, é a Sra. Presidente quem as mistura. Disse que também gostava que a Sra. Presidente, que está à frente do Conselho Municipal de Segurança



e atua com a legitimidade que tem, desse conhecimento da ordem de trabalhos das respetivas reuniões e que estas englobassem todos os assuntos pois não sabe porque é que o Eng.º Perfeito aparece naquele órgão, assim como o seu Chefe de Gabinete. Referiu que, se estivesse na Assembleia Municipal, cada vez que o Chefe de Gabinete ali interviesse ausentaria-se da sala, porque as pessoas do Executivo não têm que estar na Assembleia Municipal e a delegação de poderes que a Sra. Presidente fez no seu Chefe de Gabinete levam a que seja autenticamente um membro do Executivo. Inquiriu como é que alguém pode fazer parte do órgão fiscalizador quando faz parte do Executivo, e garantiu que tal não pode acontecer, para além de que, agora, também integra o Conselho Municipal de Segurança, com o argumento da proteção civil, mas, se fosse esse o argumento havia mais gente a integrar. Disse que não andam distraídos e que, se calhar, isto também começa a revelar alguns interesses de negócios políticos, o que é natural tendo em conta que, dentro de dois anos temos eleições, mas não deve ser usada a situação de favor, de cartão político, de amizade política para por alguém nesses lugares até porque, se começa assim, não vai ser muita a credibilidade que o Conselho Municipal de Segurança vai ter. Afirmou que não podia deixar de aqui dizer isto, porque entende que é o local certo para o fazer, e, como disse à Sra. Presidente, mais do que uma vez, não o disse lá fora. Relembrou, mais uma vez, que ainda não teve resposta aos seus requerimentos, referindo que não pode haver mais a desculpa de que não sabe se pode ou não transmitir a informação pois a Sra. Presidente já sabe que pode e que deve, e, por isso, é que não percebe porque é que se anda a esconder as despesas que o Chefe de Gabinete fez desde que se iniciou o mandato, se não é nada grave e se é tudo normal, que apareçam as informações. Disse que está perfeitamente à vontade porque, há uns anos atrás, quando estive no lugar que hoje a Sra. Presidente ocupa, todos os meses remetia à Assembleia Municipal as despesas do presidente e dos vereadores com ajudas de custo, almoços e jantares - apesar de raramente almoçarem ou jantarem à custa do município, pois é uma questão de princípio, de transparência, e, agora, há o portal da transparência que aprovaram, mas, infelizmente, não seguem. -----

**A Sra. Presidente** começou por se referir aos passeios da rua Voluntários da República informando que o projeto inicial não vai ser seguido, porque não dava resposta às necessidades, como já falaram, e decorre a sua reformulação, que virá à reunião, para conhecimento, quando estiver concluída. Disse ter tomado nota da questão da sinalização, para mandar alterar, e das árvores. No que se refere ao mercado, tal como disse o Vereador Bruno, reforçou que há condições objetivas da parte do Município para, a partir do dia doze,



começar a fazer-se a transferência, mas poderá não haver condições objetivas da parte de quem vai transferir-se para que ela seja efetuada. Referiu que depreende das palavras do Vereador que a operação demora pelo menos cinco dias pelo que, a haver condições, será na semana de doze a dezanove, e, não havendo condições para se concretizar nessa semana são os próprios comerciantes que pedem para não se realizar nas semanas seguintes. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** interveio para clarificar o que procurou dizer ou seja que, para fazer a transferência é preciso dar tempo aos vendedores para se prepararem, pois têm coisas para adquirir e para montar, e que, na reunião que teve lugar, lhes foi dito que a transferência não pode acontecer antes do dia doze mas há a possibilidade de poder ocorrer no período de doze a dezanove, para aproveitar a semana do Natal já lá dentro, o que não quer dizer que assim seja. Disse que, se tal não for possível, mesmo que esteja tudo pronto também não será nas duas semanas seguintes, por vontade até dos próprios comerciantes. -----

**A Sra. Presidente** referiu-se ao mapa de pessoal recordando que, na reunião em que foi apreciado e votado, manifestou disponibilidade para reunir com qualquer pessoa para explicar o documento. Disse que, na reunião de preparação do orçamento não se falou do mapa de pessoal mas, no passado, isso também não acontecia, e reforçou que esteve disponível para falar e explicar o referido documento. Salientou que as despesas do Gabinete de Apoio à Presidência e à Vereação vão à Assembleia Municipal, para conhecimento, mas pretende-se o fornecimento desses dados personalizados, os quais serão fornecidos. Disse que foi pedido um parecer para saber se podiam ou não fornecer esses elementos, parecer que é positivo no sentido de poderem fornecer, de serem tornados públicos esses dados. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** pediu que fique claro que não é depois de terem aqui votado o mapa de pessoal que iam realizar reuniões para esclarecer, que tal devia ter sido feito previamente, e não foi feito, pois, quando reuniram sobre o orçamento, a Sra. Presidente não falou sequer no assunto. Recordou que, além do requerimento sobre as despesas também aguarda resposta a um requerimento sobre a utilização das viaturas e sobre despesas com formação, para saber se o Chefe de Gabinete andou ou não andou a fazer formação à custa do Município, se utilizou carros do Município e pode fazê-lo enquanto chefe de gabinete, se foi ou não multado, por excesso de velocidade e outras coisas, e se foi ele ou o Município quem pagou. Disse que há muita coisa e não vão ignorar a situação porque, há meses, só não sabe disto quem não quer ouvir. Afirmou que a questão do mapa de pessoal devia ter sido justificada antes, podia e devia ter sido falada quando reuniram sobre o orçamento, mas nem abordada foi, e a surpresa aconteceu quando receberam a ordem do dia e olharam para o



documento. Disse que, como já falaram, a gestão dos recursos humanos deixa muito a desejar, e, claramente, há uma notória falta de confiança naquilo que a Sra. Presidente, como responsável, no uso de competência própria, vai fazendo, e, portanto, obviamente, não estão mais para dar carta branca a essas situações, não estão disponíveis para isso. Disse que estão disponíveis para colaborar na questão do Coveiro e do canalizador, como vem hoje, até para os SMAS, mas não estão disponíveis para a Câmara Municipal, até porque já repararam que o cartão de militante ou de amizade política é fundamental e aquilo que a Sra. Presidente fez na nomeação do seu Chefe de Gabinete disse tudo logo desde o início. Disse que não vão ignorar as coisas e vão dizer o que acham com toda a frontalidade, têm posições diferentes sobre a matéria, a Sra. Presidente tem legitimidade e fará o que entender, mas, como é óbvio, arca com as consequências, ou seja tem que responder a tudo isto, os IpT indagarão o que tiverem que indagar, e, se as coisas não vierem claras, aqui ou na Assembleia Municipal prepara-se uma sindicância para que se apurem as coisas como deve ser. Recordou que, no mandato anterior, propuseram auditorias e o PS e o PSD não quiseram viabilizar as propostas, mas a auditoria aos Bombeiros e proteção civil devia ter sido feita, pois as coisas são o que são e devem ser apuradas, para bem de toda a gente. Recordou que, no seu tempo, as coisas foram apuradas, e ainda bem, e, apesar disso, ainda há gente que, de vez em quando, levanta dúvidas, e não tem outro remédio senão aguentar com isso. Disse que, agora, as coisas também têm que ser apuradas, e vão ser, de uma maneira ou doutra, agora ou no próximo mandato. -----

**A Sra. Presidente** disse que aceita que tenham diferenças naquilo que deve ser a gestão do pessoal da Câmara Municipal mas não pode aceitar que continuem as insinuações. Disse que o gabinete é de confiança política e nada há a dizer, sempre assim foi na Câmara, mas não é assim relativamente a tudo o que é contratação ou mobilidade, pois estas obedecem a critérios previstos na lei e são independentes da cor política. Afirmou que não anda a perguntar aos trabalhadores de que cor política são, sabem de alguns porque é público, de outros não sabem nem têm que perguntar. Referiu que o mapa de pessoal indica determinado caminho e não significa que vão admitir mais pessoas, e que, a acontecer o possível desbloqueamento de carreiras há algumas em que é necessário que os lugares estejam criados para que os trabalhadores possam concorrer. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que a questão principal é que a Sra. Presidente não pode por o Chefe de Gabinete com poderes executivos, como se fosse um vereador, e que, se vier à reunião alguma coisa informada pelo Chefe de Gabinete se levanta, se recusa a votar ou



vota contra. Disse que não tem nada de pessoal contra o Cúrdia, por quem tem amizade, mas levantou e fundamentou dúvidas que tem em relação à nomeação do Chefe de Divisão Financeira e a Sra. Presidente também nunca esclareceu a situação. Afirmou que é claro que aquela nomeação está ilegal há muito tempo, como já o fundamentou aqui, e a Sra. Presidente nunca lhes deu resposta. Disse que não vale a pena perder mais tempo com isto, que aguarda as respostas e que, consoante as mesmas, fará novos requerimentos, e, se chegar a uma altura em que veja que não há intenção de dar resposta completa ou cabal às coisas seguirão outro caminho. No que se refere ao mapa de pessoal, disse que a Sra. Presidente fará a gestão que entender, se lhe derem possibilidade para isso, porque o caminho que seguiu até agora leva-os a ter dúvidas e a não ter confiança para lhe dar os plenos poderes que podia ter na gestão dos recursos humanos, até porque não sabe como é que resolve o problema dos dois por cento de redução anual e tudo mais, nem sabe como é que as despesas com pessoal vão encaixar nas despesas correntes se houver desbloqueamento de carreiras e aumento do quadro do pessoal, como é que o acréscimo de custos que aí virão é compatível com desbloquear carreiras ou aumentar o quadro. Disse que a solução será simples, cada vez que a Sra. Presidente quiser mexer no quadro de pessoal apresenta uma proposta devidamente fundamentada e justificada, em vez de uma amálgama de cento e trinta e três lugares, que a Sra. Presidente diz que são trinta e tal, tudo misturado e sem fundamentação.-----

**A Sra. Presidente** disse que é por isto que era importante ter sido explicado como é construído um mapa de pessoal, porque um trabalhador pode estar a ocupar dois lugares. No que se refere à redução dos dois por cento recordou que a norma decorre da LOE e que o mapa de pessoal e o Orçamento estão a ser feitos sem saber qual é o Orçamento do Estado para dois mil e dezasseis, sem saber como é que se contabiliza a redução dos dois por cento. Disse que as indicações que tem é que não ultrapassámos pelo que não percebe como é que o Vereador Pedro Maques pode dizer que ultrapassámos, mas vão aguardar pelo final do ano.---

**O Sr. Vereador João Tenreiro** começou por dar os parabéns à Rádio Hertz pois, na entrevista que fez à Sra. Presidente conseguiu que lhe desse as respostas que nunca deu aos vereadores do PSD, com vários requerimentos que fizeram, há mais de um ano, ou seja a Sra. Presidente, perante perguntas feitas por aquele órgão de comunicação social, deu respostas, prontamente, àquilo que não deu aos vereadores do PSD. Disse que ainda bem para a Rádio, onde passou como jovem jornalista, e chegou até a entrevistar o Dr. Pedro Marques como Presidente da Câmara Municipal. Referiu que a Sra. Presidente consegue dar as respostas primeiro a um órgão de comunicação social do que consegue dar a dois vereadores da



oposição que aqui estão, salientando que não lhe vai chamar falta de respeito, porque entende que não o fez de propósito, mas vai entender isso como um desleixo da parte do respetivo gabinete, para quem transferiu a competência de, prontamente, dar as respostas aos requerimentos dos vereadores. Disse que algo funciona mal e não é daqueles que diz que a responsabilidade é da Sra. Presidente, é da Sra. Presidente porque nomeou o seu Chefe de Gabinete e tudo o que ele faz é da sua responsabilidade, é a Sra. Presidente que tem a tutela sobre aquilo que ele faz, sobre as competências que ele tem por sua delegação. Disse que é legítimo que a Sra. Presidente nomeie porque, como disse, e muito bem, é um gabinete de composição política, de responsabilidade política, e a Sra. Presidente nomeia quem quer. Sublinhou que nunca ouviram da sua boca, enquanto Presidente do PSD, ou ao PSD, dar qualquer tipo de entrevista ou fazer qualquer comentário – e foi abordado por alguns órgãos de comunicação social nacional para fazer uma reportagem no sentido de poder criticar o fato de o companheiro da Sra. Presidente ser o seu Chefe de Gabinete mas nunca quis entrar por aí porque não é assim que faz política. Disse que é legítimo que a Sra. Presidente o nomeie, pois não é por ser seu companheiro que é mais ou menos competente, mas o que o mesmo faz, com as competências que tem e com os comentários que faz, é da responsabilidade da Sra. Presidente, e a população está atenta e, em dois mil e dezassete, obviamente julgará. Disse que, há cerca de um ano, quando a Sra. Presidente, em entrevista à Rádio Hertz, disse que a solução do Flecheiro se iria fazer pela criação de um parque nómada mas não dizia onde por uma questão de especulação imobiliária, os vereadores do PSD apresentaram um requerimento, ao qual a Sra. Presidente não respondeu, e, neste momento, vem dizer que está no âmbito do PEDU, algo que também não conhecem. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro requereu** o fornecimento de cópia do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). -----

Continuando, **o Sr. Vereador João Tenreiro** referiu que, na entrevista à Rádio Hertz, a Sra. Presidente disse que não é um parque nómada, que são dois para o futuro, pelo que pretende saber como está essa situação. Depois, sobre a questão dos cem dias da solução para o Flecheiro, referiu que, no princípio, a Sra. Presidente nunca falou em cem dias, depois abordou na Rádio Hertz que, de fato, falhou os cem dias porque disse que, em cem dias teria uma solução para o Flecheiro mas não a apresentou, e recordou que os vereadores do PSD também fizeram um requerimento para saber dessa questão e, até hoje, nada sabem. Sublinhou que ainda bem que existem órgãos de comunicação social em Tomar, neste caso a Rádio Hertz, para lhes darem as respostas, como intermediários, porque a Sra. Presidente não responde



diretamente aos vereadores do PSD e responde à comunicação social, neste caso dizendo que não apresentou essa solução conforme prometeu na campanha eleitoral. Relativamente ao mercado, disse que a Sra. Presidente deu aos vereadores do PSD duas respostas politicamente incorretas, porque responder a dois parceiros seus no órgão executivo que o mercado abrirá quando as obras estiverem prontas é daquelas respostas de que as pessoas se riem, mas a Sra. Presidente é julgada lá fora e, se calhar, não sabe o que as pessoas comentam a esse respeito. Referiu que se comenta em Tomar que o mercado vai abrir ao público no dia dezoito de dezembro - Deus queira que assim aconteça - e, pese embora tenha ouvido e percebido perfeitamente o que disse o Vereador Bruno gostava de ter a confirmação da Sra. Presidente. Recordou que, por outro lado, a Sra. Presidente disse que o mercado não abriu no dia vinte cinco de abril de dois mil e catorze uma vez que as obras que inicialmente estavam previstas eram inferiores àquelas que a atual maioria quis fazer, sublinhando que, então, alguém falha à verdade porque, na altura, quando ainda era previsão abrir naquele dia, a convite do Eng.º Bruno Graça, visitou as obras com a então vereadora Luísa Oliveira, e foi-lhes dito que estavam a prever uma área muito maior do que aquela que estava prevista no início das obras, no mandato anterior. Disse que, daquilo que viu, não houve nenhuma alteração e está tudo na mesma, aquilo que, na altura, foi previsto e lhes foi mostrado pelo Vereador Bruno é o mesmo que vai agora ser aberto ao público, pelo que essa desculpa não cai certa, não foi muito correta essa afirmação da Sra. Presidente perante a Rádio. Disse que, de fato, o mercado não abriu a vinte cinco de abril porque foi mais uma promessa e mais uma medida que a Sra. Presidente atirou ao ar sem ter um estudo previamente elaborado para saber o que pode prometer e agendar e que é de aplaudir se a Sra. Presidente corrigir agora a informação. Relativamente à ocorrência no bairro primeiro de maio, disse que, se fosse presidente da Câmara ficava alarmado por saber que houve tiros em plena cidade, porque não foi o facebook ou o twitter, nem esses meios de comunicação hoje utilizados, que o disseram, foram várias pessoas que moram perto do referido bairro que lhe telefonaram e lhe disseram que houve tiros perto do bairro, e não foi só de sábado para domingo. Disse que é alarmante e que não quer ser acusado de estar a fazer disto medida eleitoralista ou demagógica, porque não é. Referiu que há falta de efetivos em Tomar e que a Câmara Municipal tem que meter o dedo na ferida, apesar de a Sra. Presidente poder ouvir do Comissário da PSP que as estatísticas não dizem que há aumento da criminalidade em Tomar - perguntou se houve queixa naquele dia de tiros no bairro primeiro de maio, e referiu que a mesma pode ser apresentada no prazo de cinco ou seis meses, mas, nesse prazo, se calhar, ninguém irá apresentar queixa - pois as



forças de segurança querem zelar pela segurança e transmitir junto do governo central que tudo está cor-de-rosa em Tomar porque fazem muito bem o seu trabalho, e não colocam em causa que o trabalho do Comissário da PSP é muito bem feito mas não podem ficar apenas e só agarrados a dados estatísticos para saber se há insegurança no Concelho de Tomar, e ela existe. Disse que ficou surpreendido que o Chefe de Gabinete também faça parte do Conselho Municipal de Segurança, em conjunto com mais dois vereadores que tiveram o pelouro da proteção civil, e questionou para quê, pois quanto mais pessoas lá estão menos rápidas são as decisões. Depois, disse, coloca-se a dúvida se não será mais uma forma de colocar o Chefe de Gabinete em mais um órgão do Município, é legítimo que as pessoas perguntem, e pode começar a dar descrédito aos órgãos, como o Vereador Pedro Marques disse e com razão, as pessoas começam a por em causa os órgãos porque o regulamento do Conselho Municipal de Segurança foi discutido na Assembleia Municipal e está-se agora a colocar mais três elementos, sem que se saiba para quê e sem ser discutido na reunião de Câmara. Disse que não podem embandeirar em arco só porque o Comissário da PSP diz que, de facto, a insegurança em Tomar está muito calma e não há problema nenhum, que está muito bem, com base em dados estatísticos que resultam das queixas que as pessoas fazem e a maior parte das pessoas não faz queixa. Pediu à Sra. Presidente que tenha isto em consideração pois provém de alguém que já foi advogado nesta Comarca e sabe como é que as coisas funcionam. Disse que podiam constituir um gabinete de crise ou, não havendo necessidade para esse efeito, um gabinete próprio dos problemas sociais que estão a acontecer em Tomar, nomeadamente com o Flecheiro e o bairro primeiro de maio. Referiu que o desemprego vai afetando as pessoas – Tomar, infelizmente, é exemplo disso - e não podem assobiar para o lado e dizer que está tudo bem, que são alarmismos que se estão a criar porque, infelizmente, não é. Disse que estão obviamente contra atitudes xenófobas e não admitem que sejam tomadas mas o facto é que, sendo legítimo que aquela família tenha concorrido para ficar numa habitação, dentro das normas aqui aprovadas, se tivesse sido feito o tão divulgado plano de integração habitacional e social do Concelho de Tomar, que a Sra. Presidente prometeu, em pleno bairro primeiro de maio, na campanha eleitoral, se calhar nada disto tinha acontecido. Disse que não podem utilizar a demagogia, muitas vezes, em campanha eleitoral, para captar votos, porque este plano já devia ter sido feito ontem, antes de ser colocada esta família que concorreu, e bem. Disse que, se calhar, se o plano tivesse sido feito este problema não tinha acontecido, porque é normal que aconteça, infelizmente é normal que aconteça porque há problemas de insegurança. Disse que, tal como ele, a Sra. Presidente nasceu e cresceu em





Tomar e sabe que muitos problemas que surgem ou vão surgindo no Flecheiro e no bairro primeiro de maio, às vezes, são focos de ignição de problemas, e, como a Sra. Presidente sabe, fazer uma mistura entre uma coisa e outra só dá choque. Disse que não foi feito o tão divulgado plano de integração habitacional e social do Concelho de Tomar, como a Sra. Presidente se comprometeu a apresentar nos primeiros cem dias de governação, após ouvir aqueles que mais precisam de intervenção do Município, começou a casa pelo telhado, e as casas que começam pelo telhado caem, e é isto que está a começar a acontecer, é isto que teme e que teme o PSD. Disse que não vale a pena mandar para os fundos comunitários o que é incerto, candidaturas de milhões, como ouviu na entrevista da Sra. Presidente, que não sabe se não elegíveis ou não, para ter uma solução para a habitação social em Tomar, porque não podem estar a jogar no escuro. Disse que, se calhar, se tivesse sido feito este plano, teria sido muito melhor, e acha que estão a tempo e na altura de o começar a fazer. Por último, disse que, na faculdade, aprendeu que existe o princípio da pacta sunt servanda, um palavrão que vem do latim, que diz que os contratos são para ser cumpridos, e recordou que, na altura, a Sra. Presidente convocou as associações todas e, com grande bandeira, fez o contrato programa para a promoção da atividade regular e desportiva no Concelho de Tomar, o qual não está a ser cumprido pela Câmara Municipal, havendo associações a passar grandes dificuldades porque não estão a receber os valores a que a Câmara se havia comprometido. Pediu atenção para esta questão porque as pessoas fazem conta com os montantes deste contrato programa para as despesas decorrentes da atividade, podendo correr-se o risco de muitas associações fecharem a porta, e não é isso que querem para Tomar. -----

**A Sra. Presidente** referiu que, na entrevista, e várias vezes aqui na reunião de Câmara, disse que não é um parque nómada - até costuma utilizar a expressão chamem-lhe o que entenderem, nómada ou o que entenderem - mas dois, são aqueles que forem necessários. Referiu ainda que, como também já aqui disse várias vezes, a solução do Flecheiro é uma solução integrada entre parques nómadas (deve haver agora uma terminologia mais moderna), integração em habitações sociais e recuperação de habitações municipais. Referiu que dificilmente vão ter financiamento comunitário para os parques nómadas e que não é verdade que não tenha sido feito um trabalho de integração. Afirmou que não se limitaram a despejar lá as pessoas, foi tudo trabalhado a montante com a família que ia para o bairro e com as famílias que lá moram, recordando que até veio à reunião a cedência de espaço no bairro para o Programa Escolhas, para intervir junto daquela população. Concordou que é preciso reforçar mais essa atuação, quer seja no bairro primeiro de maio quer seja noutra



bairro qualquer, mas, como o Sr. Vereador disse, e muito bem, sempre houve estes focos em Tomar, e, se é verdade que não devem minimizar as situações, como disse o Vereador Pedro Marques, também não devem empolar. Disse que vão aguardar para ver os dados e ouvir o Sr. Comissário da PSP na reunião do Conselho Municipal de Segurança, para poderem atuar, não vão atuar em cima da espuma dos dias porque isso nada resolve, é claramente um problema estrutural e não pode ser atacado de forma conjuntural, o plano de atuação tem que ser mais profundo. No que se refere aos motivos da presença de ex-vereadores no Conselho Municipal de Segurança, referiu que os "iluminados" que fizeram a alteração à legislação centraram-se naquilo que é o referido órgão e não viram que cerca de cinquenta por cento das competências deste órgão são competência das Comissões Municipais de Proteção Civil e que as coisas se entroncam, e os ex-vereadores da proteção civil, pela experiência que têm nesta área são pessoas que podem vir dar apoios às decisões. Quanto à questão do apoio ao associativismo, informou que foram dadas instruções para pagar rapidamente os apoios que estejam em condições de ser pagos. Referiu que alguns processos ainda estão em análise na Divisão de Turismo e Cultura e na Unidade de Desporto e Juventude, e que a Divisão Financeira já tem instruções para apurar quais os processos que estão em condições de ser pagos para que assim aconteça rapidamente, quer no âmbito do apoio regular (programa A) quer no âmbito do apoio a eventos (programa B). -----

**A Sra. Vereadora Beatriz Schulz** referiu que se tem estado a falar do que está a acontecer, que se está a falar só do pós sem se falar do pré. Referiu que, sem estar a minimizar a situação, o que a preocupa é não ter sido feita uma mediação entre o bairro e as duas famílias que iam para lá, levando a que acontecesse a fervura. Perguntou como é que, agora, iam resolver esta questão. Salientou que, na entrevista, a Sra. Presidente disse que ia haver mais do que um parque nómada porque havia várias famílias que não se entendiam e que, se se respeita esta questão de haver várias famílias que não se entendem e não podem viver juntas, se questiona porque é que, neste caso, essa questão não foi respeitada. Disse que foi feita uma gestão irresponsável, em cima do joelho, e que, agora, tem que ser resolvida a situação que podia ter sido evitada e é bastante preocupante. Disse que estão numa cidade com insegurança e têm que levar isso com a maior preocupação possível, e tal não aconteceu, não houve mediação. -----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** referiu que já tem dito, várias vezes, e não só agora que tem diretamente esta responsabilidade - sempre tentou ter esta postura na vida pública nabantina, pelo menos à medida que vão ganhando uma certa idade e vão aprendendo com



alguns erros que vão cometendo – que há matérias que mexem com a vida das pessoas que não são para andar a fazer grande propaganda em seu torno, pelo menos não é essa a sua forma de estar. Salientou que, quando a Vereadora Beatriz diz que não houve mediação, depende do que entenderem por esse termo, e quando diz mediação entre as pessoas e o bairro, mistura vários conceitos. Disse que a resolução do problema do Flecheiro está a ser misturada com este assunto mas não é disso que se trata, e que esta questão do passado fim-de-semana só é notícia porque, de fato, pelo meio, surge a palavra cigano porque senão não teria sido notícia, já várias vezes aconteceu e não foi notícia. Disse que esta situação não é do bairro, é de um grupo de jovens que nem sequer pertencem ao bairro e que, por várias vezes, tiveram atitudes semelhantes - numa das vezes, pensa até que o Vereador Pedro Marques fez uma referência à situação aqui na reunião. Sublinhou que também vai recebendo queixas dos moradores do bairro em relação a esses jovens e que não devem confundir isso com o bairro porque, repete, são cem habitações e muitas pessoas, nem confundir um casal realojado através de um concurso público, que cumpre as regras e as leis e é aberto a toda a gente que reúna os requisitos e concorra (ao contrário do passado, em que houve pessoas discriminadas, enganadas para não concorrerem aos concursos porque, se concorressem não haveria forma de as impedir de ter acesso às habitações) com a resolução do problema do Flecheiro no seu todo, e aí falam, de cerca de duzentas e trinta pessoas, o que requer outros cuidados e outros meios, nomeadamente através de uma das soluções que já aqui foi referida. Disse que têm que alterar o conceito de parque nómada porque, entretanto, verificaram que não é exatamente o conceito mais interessante porque não estão a falar de pessoas que estão de passagem mas de pessoas que estão a morar naquele espaço, algumas há mais de quarenta anos e foram lá colocadas, retiradas de outros locais, por interesses da construção e do Município. Reiterou que o que se passou não tem a ver com problemas do bairro ou do bairro rejeitar aquele casal mas sim com um grupo de jovens que, por várias razões, assim procede, até para marcação de território – não quer entrar em pormenores e detalhes que são para as autoridades, pese embora andem a acompanhar a situação há muito tempo, com uma intervenção que não sendo a ideal é a possível. Salientou que é preciso lembrar que, quando iniciaram este mandato, tinham duas assistentes sociais que faziam o imenso trabalho - que não é conhecido, muitas vezes as pessoas não têm a noção, mesmo dentro do Município não se tem a noção do trabalho imenso que existe na área social e as duas pessoas não chegam nem para metade - e não era possível fazer muito do trabalho de acompanhamento porque a grande parte do tempo era passado a ver candidaturas, na ação social escolar, a participar no



Núcleo Local de Inserção, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no Programa Escolhas e num conjunto de outras entidades onde é preciso estar e trabalhar, e na própria Rede Social. Salientou que, neste momento, não sendo a situação ideal já se conseguiu crescer e fazer mais trabalho, nomeadamente a este nível de acompanhamento com as instituições e com as pessoas. Disse que não é possível o Município, ou as autoridades, andar vinte e quatro horas por dia atrás das pessoas ou, neste caso concreto, de um grupo de jovens. Referiu que, de há vários anos a esta parte, houve falhas a montante porque estes jovens foram sinalizados por várias entidades, ao longo de vários momentos da sua vida, e a verdade é que houve coisas que falharam, não houve o devido acompanhamento no sentido de não permitir que as coisas pudessem chegar a este nível. Disse que estão a tempo de impedir outros níveis e que não é por acaso que, há cerca de três semanas, quando ainda não havia famílias ciganas no bairro, houve ali uma intervenção policial, que teve a ver com estas pessoas e não com ciganos. Garantiu que o acompanhamento está a ser feito, havendo uma ligação estreita com as autoridades e as outras entidades, mas é preciso perceber que Roma e Pavia não se fizeram num dia e que os meios de que dispõem são poucos. Afirmou que a mediação existiu e continua a existir, a família está a morar no bairro e as situações estão serenadas, mas não podem garantir absolutamente que nada mais vai acontecer porque é impossível dar essa garantia. Referiu que, mais uma vez, a questão dos tiros só foi notícia porque, pelo meio, houve a palavra cigano. Disse que não sabe se houve tiros ou não, há pessoas do bairro que lhe dizem que sim e outras dizem que não, e que é verdade que, na segunda-feira, esse grupo de jovens lhe veio mostrar dois ou três cartuchos vazios e sabe que a outras pessoas foram mostrados outros cartuchos diferentes. Disse que também é verdade que há um certo grupo, que se diz jornalístico, que andou no bairro, acompanhado de pessoas adultas, até a incentivar que as pessoas dissessem coisas alarmistas, porque foi assim que as pessoas que ali moram lhe transmitiram, e foram mostrados outros cartuchos diferentes. Disse que não sabe o que é que aconteceu mas sabe que tem havido tiros outras vezes, nomeadamente onde mora, há cerca de três anos atrás, onde houve um tiro ou dois disparados e não mereceu notícia nenhuma. Disse que não pretende relativizar ou minimizar as situações mas tentar que se perceba que tem que haver alguma compreensão, que não podem estar sempre com um polícia atrás de cada pessoa e que, acima de tudo, são questões de autoridade. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** referiu que, depois de ouvir esta intervenção, sem querer entrar nesta discussão em particular, tem que dizer que fica muito mal ao Vereador Hugo, que



tem a área social, dizer em plena reunião de Câmara que é só porque tem a palavra cigano, acha que não lhe fica nada bem porque não é facto nenhum, não é nada disso que está em questão. Sublinhou que o que é facto é que houve tiros e o Sr. Vereador não deve relativizar a questão e dizer que, no passado, também houve tiros junto à sua casa. Disse que não se lembra de ter acontecido, ou de ter ouvido notícias sobre isso, sendo certo que, agora, há vários moradores que dizem que têm ouvido permanentemente tiros naquela zona do bairro e não podem relativizar isso. Disse que também não concorda com o que disse a Sra. Presidente na Rádio Hertz, comparando Tomar a Telavive, que Telavive é que é uma cidade insegura e Tomar não é. Disse que, ao comparar Tomar a uma cidade que está permanentemente em guerra e com problemas religiosos a Sra. Presidente foi tudo menos feliz. Disse que a Sra. Presidente falhou a promessa da campanha eleitoral, de fazer um plano de integração social e habitacional em cem dias, que submeteu a votos e, com base nisso devia ter sido feito para terem já um instrumento para poder então promover o realojamento gradual destas famílias. Disse que, sem esse plano começa a casa pelo telhado e acontecem problemas como este, não podem estar a mandar areia para os olhos e dizer que já havia antigamente e, como tal, é normal, porque não é, é um problema que foi criado no Concelho de Tomar e não podem, tal avestruz, colocar a cabeça na areia e assobiar para o lado, dizer que está tudo bem porque não está. Referiu que, há uns tempos, ouviram que Abrantes era um Concelho inseguro, e, agora, ouvem que Tomar é um Concelho inseguro, que as pessoas sentem insegurança, e têm que ter a coragem de enfrentar os problemas de frente pois, enquanto não tiverem essa coragem e esse tal plano de integração social e habitacional estes problemas irão sempre surgir. -----

**A Sra. Presidente** disse que acha estranho como é que os Srs. Vereadores aprovaram a cedência de uma casa para o Programa Escolhas estar dentro do bairro e vêm dizer que não há um plano nem houve nenhum trabalho a montante sobre isso. Concordou que esse trabalho tem que ser maior do que aquele que estão a fazer e tem que ser discutido, mas não numa reunião de Câmara, publicamente. -----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, as atas das reuniões do Executivo Municipal realizadas nos dias doze, vinte seis e trinta de outubro de dois mil e quinze, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas previamente a todos os membros da Câmara Municipal, as quais foram aprovadas por unanimidade.** -----



*[Handwritten signature]*

**A senhora Vereadora Maria Beatriz Schulz Nunes não participou na votação por não ter estado presente nas referidas reuniões, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----**

**Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----**

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte de novembro do ano de dois mil e quinze, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões duzentos e dezasseis mil oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos (2.216.888,88€) em Operações Orçamentais, e duzentos e cinco mil trezentos e vinte e um euros e noventa cêntimos (205.321,90€) em Operações Não Orçamentais.-----

**PROPOSTAS:-----**

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:-----**

**N.º 01 – ATENTADOS DE PARIS – Voto de Pesar-----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: “No passado dia 13 de novembro ocorreram na cidade de Paris os maiores atentados terroristas em solo europeu, que provocaram um elevado número de mortes e feridos, deixando um rasto de destruição. Estes hediondos crimes, como outros que se registam pelo mundo inteiro, não nos deixam indiferentes.-----

Não podemos deixar de lembrar os atentados efetuados nos dias 7 e 8 de janeiro perpetuados na nossa memória, que nessa data comoveram o mundo, tanto mais que podemos considerar Paris o coração da civilização europeia. -----

Estas agressões contra a civilização ocidental são, antes de mais, violações aos valores da Liberdade Igualdade e Fraternidade defendidos de forma inequívoca nos valores que defendemos e contidos na canção revolucionária a “Marselhesa”, composta em 1792 e que em 1879, foi definitivamente confirmada como o hino nacional francês, ato esse reafirmado nas constituições de 1946 e 1958 e que em 2015 se tornou o principal símbolo de solidariedade, entoada pelo mundo inteiro de uma forma espontânea, como consequência de motivos nefastos e incompreensíveis e que são igualmente um atentado à Declaração Universal dos Direitos Humanos. -----

Não podemos nem devemos, permitir este tipo de ações, sendo certo e inequívoco que a união da Europa é agora uma realidade contra um inimigo comum que temos de enfrentar, para que não se coloque em causa os valores supremos da liberdade e da democracia. -----



O Município de Tomar não pode deixar de se associar e de declarar a todos quantos se pautam por estes valores a sua solidariedade e prestar a sua homenagem às vítimas dos atentados terroristas em Paris, apresentando o sentido pesar ao povo da república francesa, na pessoa de Sua Excelência o Presidente da República, à Câmara Municipal de Paris, na pessoa da Presidente Anne Hidalgo, e à Embaixada de França em Portugal, na pessoa de Sua Excelência o Embaixador Jean-François Blarel.”.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta nos seus precisos termos.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 02 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO SPORTING CLUBE DE TOMAR**-----

Foi presente uma proposta da senhora Presidente do seguinte teor: “Considerando que o Sporting Clube de Tomar desenvolveu, no ano 2015, atividades de fomento desportivo, que ficaram fora do contrato programa previamente aprovado, sou a propor a atribuição de um subsídio de mil e oitocentos euros (1.800€), ao abrigo da alínea u) do nº1 do artigo 33º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, a pagar dentro das disponibilidades financeiras do Município, considerado o cabimento que deve ser anexado.”.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 5645/2015, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

A senhora Vereadora Maria Beatriz Schulz Nunes não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e a abstenção dos senhores Vereadores Bruno Victor Domingos Graça e Pedro Alexandre Ramos Marques.-----

**N.º 03 – PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA LUGARES PREVISTOS E NÃO PROVIDOS NO MAPA DE PESSOAL DE 2015**-----

Foi presente uma proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: “A Assembleia Municipal em deliberação de 25 de junho 2015, autorizou a abertura de procedimento concursal comum, para lugares previstos e não providos no Mapa de Pessoal de 2015.-----

No conjunto de lugares propostos, encontravam-se os lugares de assistente operacional área de carpinteiro e de coveiro.-----

Da deliberação da Assembleia Municipal, encontrando-se quase ultrapassado o prazo de seis meses para a homologação da lista de classificação final.-----



Assim, a abertura de procedimento concursal fica condicionada à apresentação de proposta a solicitar a respetiva renovação, ao órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, desde que devidamente fundamentada e desde que se mantenham os pressupostos que levaram à autorização da abertura dos procedimentos, naquela data. (nº 2 e 3 do artº 64º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro – LOE para o ano de 2015). -----

Mantendo-se os pressupostos que levaram ao pedido de abertura de procedimento e porque o mesmo, nos lugares acima mencionados, não se encontra concluído, deverá a câmara municipal deliberar no sentido de remeter ao órgão deliberativo autorização para renovação do prazo.”.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta nos seus precisos termos e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. -----  
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**PROPOSTA DO VEREADOR RUI SERRANO:** -----

**N.º 04 – DOAÇÃO DA PROPRIEDADE DO SOLO CEDIDO EM DIREITO DE SUPERFÍCIE À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA LINHACEIRA** -----

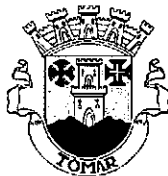
Foi presente requerimento da Associação Cultural e Recreativa de Linhaceira, detentora do direito de superfície de parte do prédio urbano sito na Urbanização da Boavista, em Linhaceira, freguesia de Asseiceira, para doação da propriedade do solo da parcela objeto de destaque por deliberação de 25 de maio de 2015, bem como escritura de desanexação, doação e constituição de servidão, celebrada a 17 de julho de 2015 entre aquela Associação e o Município de Tomar, e relatório de avaliação da referida parcela. -----

Foi ainda presente proposta do senhor Vice-Presidente do seguinte teor: “Tendo presente o ofício da ACRL e na sequência da deliberação tomada pela câmara municipal em 25 de maio de 2015, proponho que: -----

Considerando que, tendo em conta o requerido, e porque o pavilhão a construir por aquela instituição traz mais valias ao Centro Escolar da Linhaceira que se pretende futuramente construir junto ao referido pavilhão, e ainda pela mais valia que virá a conferir a todo um conjunto populacional das redondezas; -----

Considerando ainda que, para facilidade de acesso de pessoas e veículos, bem como o atravessamento de infraestruturas ao referido pavilhão, se torna necessária a existência de uma passagem que a tal permita, e que só poderá ser feita pelo prédio propriedade do Município; -----





O órgão executivo delibere doar a propriedade do solo do prédio referido em UM na escritura celebrada em 17 de julho de 2015 e já descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 5612, uma vez que já são titulares do direito de superfície; -----

Delibere ainda constituir uma servidão de passagem sobre o prédio referido em DOIS na escritura referida, cuja propriedade plena é do Município, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3547, a favor do prédio a doar." -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

**INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:** -----

**N.º 05 – FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - Aviso 18 – Redução de Consumos de Energia Reativa no Estado 2015** -----

Foi presente, para conhecimento, informação prestada pela Médio Tejo21- Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul sobre o ponto da situação das duas candidaturas do Município de Tomar, no âmbito do Aviso 18 do Fundo de Eficiência Energética, para aquisição e instalação de baterias de condensadores nos edifícios do Cineteatro Paraíso e Pavilhão Municipal Cidade de Tomar. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:** -----

**N.º 06 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – TRANSMISSÃO DO LOTE 7A E DAS CONSTRUÇÕES EXISTENTES** -----

Foi presente o pedido de autorização da Tipografia Comercial de Tomar, Lda para venda das instalações da sua empresa, sitas no Lote 7 A da Zona Industrial de Tomar, agora designado Parque Empresarial de Tomar, à Metometal – Metalização Tomarense, Lda, pelo valor de 140.000,00€, para desenvolvimento da atividade económica de comércio e indústria de decapagem e metalização, bem como as informações n.ºs 2646/2015 e 2748/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, n.º 6720/2015 da Divisão Financeira, e n.º 165/2015 do Gabinete de Desenvolvimento Económico. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as supra referidas informações, deliberou autorizar a transmissão do direito de superfície sobre o lote identificado a favor da Metometal – Metalização Tomarense, Lda, e construções existentes, para desenvolvimento da atividade económica de comércio e indústria de decapagem e metalização, nos termos do regulamento do Parque Empresarial de Tomar. -----



O senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

**GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:** -----

**N.º 07 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – ABERTURA EM DIAS FERIADOS NO ANO 2016** -----

Foi presente a proposta do Sr. Vereador Bruno Graça relativamente à abertura e encerramento do Mercado Municipal em dias feriados de 2016, precedida de inquérito de opinião junto dos vendedores, no sentido do respetivo encerramento a 1 de janeiro, sexta-feira, decorrendo o mercado e a feira semanal no dia 31 de dezembro de 2015, e da respetiva abertura nos dias 1 e 25 de março, 25 de abril, 10 de junho, 15 de agosto e 8 de dezembro. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi aprovada por seis votos a favor e a abstenção do senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----

**N.º 08 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO CULTURAL E MUSEU DA LEVADA – Receção provisória** -----

Foi presente a informação n.º 6243/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para receção provisória da obra de requalificação do Complexo Cultural e Museu da Levada, adjudicada à empresa Constarte – Construções, SA, o qual conclui que a obra se encontra em condições de ser recebida provisoriamente. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou receber provisoriamente a referida obra, atento o teor do auto de vistoria de 30 de setembro de 2015, que homologa. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

**N.º 09 – EMPREITADA DE INSTALAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM DOIS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS (BIBLIOTECA ANTÓNIO CARTAXO DA FONSECA E PAVILHÃO JÁCOME RATTON) – liberação de caução** -----

Foi presente a informação n.º 6528/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a liberação de 25% da caução prestada no âmbito da



empreitada de instalação de painéis fotovoltaicos em dois edifícios municipais (Biblioteca António Cartaxo da Fonseca e Pavilhão Jácome Ratton).-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a liberação de 25% da caução prestada, no montante de 1.092,79€, conforme proposto na informação supra referida, que homologa. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 10 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2016---**

Foi presente a informação n.º 6784/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o mapa de cedências de equipamentos às juntas de freguesia no ano de 2016. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o referido mapa, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**

**N.º 11 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----**

Foi presente o processo n.º 382/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Hortas, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 161, secção AG, da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5647/2015 e 5741/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Hortas, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 161, secção AG, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 12 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----**

Foi presente o processo n.º 383/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Vale dos Ovos, inscrito na matriz sob o artigo n.º 68, secção AH, da Freguesia de



*[Handwritten signature]*

Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5649/2015 e 5753/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Vale dos Ovos, inscrito na matriz sob o artigo n.º 68, secção AH, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.---  
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 13 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----**

Foi presente o processo n.º 384/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Vale Meijão, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 129, secção AE, da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5651/2015 e 5742/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Vale Meijão, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 129, secção AE, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----  
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 14 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----**

Foi presente o processo n.º 385/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Hortas, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 117, secção AG, da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5656/2015 e 5743/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Hortas, Sabacheira,



J. M.

inscrito na matriz sob o artigo n.º 117, secção AG, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 15 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 386/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Vale dos Ovos, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 96, secção AH, da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5658/2015 e 5744/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Vale dos Ovos, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 96, secção AH, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

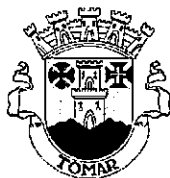
**N.º 16 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 387/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Vale dos Ovos, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 92, secção AH, da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5659/2015 e 5745/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Vale dos Ovos, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 92, secção AH, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 17 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER**-----



*[Handwritten signature]*

Foi presente o processo n.º 388/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Ferrarias, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 74, secção AF, da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira, Maria Luiza Ferreira e Cabeças de casal das heranças de Maria Emília Soares Ferreira e Fernando Ferreira Felix, com informações n.ºs 5660/2015 e 5746/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Ferrarias, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 74, secção AF, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 18 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER** -----

Foi presente o processo n.º 389/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Verginho, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 51, secção AG, da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5664/2015 e 5747/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Verginho, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 51, secção AG, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 19 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER** -----

Foi presente o processo n.º 390/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Serrado, Carregueiros, inscrito na matriz sob o artigo n.º 141, secção A, da Freguesia de Carregueiros, de que são titulares Armando Manuel Vieira Gomes Ferreira, António Gomes



Ferreira, Luísa Maria Vieira Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5665/2015 e 5748/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Serrado, Carregueiros, inscrito na matriz sob o artigo n.º 141, secção A, da Freguesia de Carregueiros, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 20 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 392/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Casal da Brava, Carregueiros, inscrito na matriz sob o artigo n.º 2, secção B, e do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo n.º 422, ambos da Freguesia de Carregueiros, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5673/2015 e 5774/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do identificado prédio rústico desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Casal da Brava, inscrito na matriz sob o artigo n.º 2, secção B, da Freguesia de Carregueiros, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.---

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 21 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 393/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Lagoa Grande, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 203, secção AE, da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5674/2015 e 5749/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----



**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Lagoa Grande, Sabacheira, inscrito na matriz sob o artigo n.º 203, secção AE, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 22 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER** -----

Foi presente o processo n.º 394/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Vale da Murteira, Casal da Brava, inscrito na matriz sob o artigo n.º 218, secção AG, da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5677/2015 e 5750/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.--

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Vale da Murteira, Casal da Brava, inscrito na matriz sob o artigo n.º 218, secção AG, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 23 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER** -----

Foi presente o processo n.º 395/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Relvão, Casal da Brava, inscrito na matriz sob o artigo n.º 243, secção AG, da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares Armando Manuel Vieira Gomes Ferreira, António Gomes Ferreira, Luísa Maria Vieira Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5681/2015 e 5751/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Relvão, Casal da Brava, inscrito na matriz sob o artigo n.º 243, secção AG, da Freguesia de Sabacheira, desde que não





resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 24 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER** -----

Foi presente o processo n.º 396/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Casal da Brava, inscrito na matriz sob o artigo n.º 245, secção AG, e do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo n.º 579, ambos da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5682/2015 e 5776/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do prédio rústico identificado desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Casal da Brava, inscrito na matriz sob o artigo n.º 245, secção AG, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. - Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 25 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER** -----

Foi presente o processo n.º 397/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Vale dos Ovos, inscrito na matriz sob o artigo n.º 130, secção AH, da Freguesia de Sabacheira, de que são titulares António Gomes Ferreira e Cabeça de casal da herança de Maria Emília Soares Ferreira, com informações n.ºs 5683/2015 e 5752/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Vale dos Ovos, inscrito na matriz sob o artigo n.º 130, secção AH, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. - Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 26 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER** -----

Foi presente o processo n.º 401/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito



em Quinta da Granja, inscrito na matriz sob o artigo n.º 38, secção L1, da União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, de que é titular Carlos Alberto Henriques Cardoso, com informações n.ºs 5770/2015 e 5772/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Quinta da Granja, inscrito na matriz sob o artigo n.º 38, secção L1, da União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 27 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR- TRANSMISSÃO DO LOTE D1**-----

Foi presente a proposta da senhora Presidente referente à informação n.º 2666/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a situação exposta pela Conservatória do Registo Predial de Tomar relativamente à escritura celebrada no dia 21 de maio de 2015, entre Mário da Conceição Miguel Fernandes e Ricardo Miguel Ferreira Fernandes, em representação da Gestiscala – Investimentos, SA. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não autorizar a transmissão do direito de superfície sobre o lote D1, sito na Rua B da Zona Industrial de Tomar, agora designado Parque Empresarial de Tomar, atento o n.º 1 do artigo 23.º do regulamento do Parque Empresarial de Tomar, e promover as diligências necessárias à anulação da supra referida escritura. -----

Os senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e Pedro Alexandre Ramos Marques não tomaram parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DIVISÃO FINANCEIRA:** -----

**N.º 28 – AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS DE MOTORISTA PARA OS TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR (2016) - CONCURSO PÚBLICO** -----

Foi presente a proposta da Sra. Presidente relativa às informações n.ºs 6491/2015 e 6603/2015 da Divisão Financeira, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a emissão de parecer prévio vinculativo favorável à aquisição contínua de serviços de motorista para os Transportes Urbanos de Tomar, para 2016, no montante de 145.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal, através de concurso público.-----



**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer prévio vinculativo favorável à aquisição contínua de serviços de motorista para os Transportes Urbanos de Tomar, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----

**N.º 29 – REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO E ARBORIZAÇÃO COM PINHEIRO MANSO – FREGUESIA DE SABACHEIRA** -----

Foi presente a informação n.º 1632/2015 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de autorização prévia para realização de ações de rearborização de 3,50 ha com eucalipto comum e de arborização de 0,30 ha com pinheiro manso, em Carregueira, Freguesia de Sabacheira, em nome de Luciano dos Reis Pereira, com vista à emissão do parecer solicitado pelo ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP, e ao licenciamento de ação de destruição do revestimento vegetal sem fins agrícolas. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente n.º 3254/PR/2015, de 11 de novembro, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada por seis votos a favor e o voto contra do senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:**-----

**N.º 30 – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE AMBULÂNCIA PRESTADOS A CRIANÇA PROVENIENTE DE FAMÍLIA CARENCIADA** -----

Foi presente a proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção total do pagamento titulado pela fatura 001/7870, de 14 de setembro de 2015, devido pela prestação de serviços de ambulância a criança proveniente de família com comprovada carência económica, previamente certificada pelos serviços sociais da autarquia. -

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido, no valor de 55,12€, nos termos do n.º 2 da forma de pagamento dos serviços constantes da Tabela de preços dos serviços prestados pela Divisão de Proteção Civil, aprovada por deliberação de 17 de junho de 2014. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:** -----



### **N.º 31 – UTILIZAÇÃO DA SALA DE FORMAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – ANAFRE -----**

Foi presente a informação n.º 1360/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção dos custos devidos pela utilização da sala de formação do Complexo Desportivo Municipal de Tomar, para realização de ação de formação no âmbito do projeto de modernização administrativa das freguesias, no dia 14 de novembro de 2015, conforme solicitado pela delegação de Santarém da ANAFRE.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação Nacional de Freguesias do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

### **N.º 32 – UTILIZAÇÃO DA SALA DE FORMAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Novas Olimpíadas Especiais -----**

Foi presente a informação n.º 1374/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção dos custos devidos pela utilização da sala de formação do Complexo Desportivo Municipal de Tomar, para realização de ação de formação para técnicos e juizes da Equitação Adaptada, no dia 14 de dezembro de 2015, conforme solicitado pela associação Novas Olimpíadas Especiais (Special Olympics Portugal).--

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a associação Novas Olimpíadas Especiais (Special Olympics Portugal) do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

### **N.º 33 – UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÊNIS – Ténis Clube de Tomar -----**

Foi presente a informação n.º 1373/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção dos custos devidos pela utilização de quatro campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal de Tomar, para realização do Torneio 26 anos TCT, nos dias 21 e 22 de novembro de 2015, conforme solicitado pelo Ténis Clube de Tomar. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----



Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----**

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---**

-----  
-----  
-----  
*Avelina Maria Lopes Leal*  
-----  
*Avelina Maria Lopes Leal*  
-----